

3/6/15  
A. Mukai  
M. Céus  
/ / →



MANGUALDE  
MUNICÍPIO



## PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2014

CAMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE

Apresentado em reunião realizada no dia 08.JUN.2015  
foi deliberado Aprovar e  
suscetar a apreciação  
do Ass. Municipal

O Presidente

A. Mukai  
M. Céus  
/ / →

## Prestação de Contas Consolidada

### I - Introdução

Ao longo dos últimos anos assistiu-se à prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas por parte da administração autárquica, impulsionando os municípios através de instrumentos que a lei colocou à disposição, a utilizar estruturas organizacionais distintas das que outrora operavam. O recurso à criação de serviços municipalizados, empresas municipais ou a constituição de PPP's, surgiram para dar resposta à exigência da qualidade da gestão pública local e a uma cada vez maior exigência por parte dos municípios.

Neste contexto, o surgimento destes modelos organizacionais, de caráter associativo ou empresarial, em que os Municípios participam ou mesmo controlam, conduziram a uma crescente integração e níveis de dependência entre as diversas entidades, tendo-se tornado evidente para uma adequada análise da situação económica e financeira das entidades que compõem a administração local, a necessidade de elaborar uma informação financeira integrada entre as diversas entidades, numa visão global de grupo autárquico, elementar para a tomada de decisões e definições de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objectivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Neste enquadramento, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro), prevê a obrigatoriedade de os Municípios, relativamente aos quais se verifique estarem reunidas as condições expressas na lei, elaborarem contas consolidadas, reportadas ao conjunto do grupo municipal, permitindo uma avaliação integrada das atividades desenvolvidas e dos objetivos estabelecidos, com relevo no controlo do défice orçamental.

No Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, designadamente no artigo 75.º estabelece quais as entidades, que verificando-se determinados pressupostos, estarão obrigadas à apresentação de contas consolidadas.

## **Prestação de Contas Consolidada**

Nos documentos de prestação de contas consolidadas devem constar o Balanço e Demonstração de Resultados consolidada, Mapa de fluxos de caixa consolidado e Anexo às demonstrações financeiras.

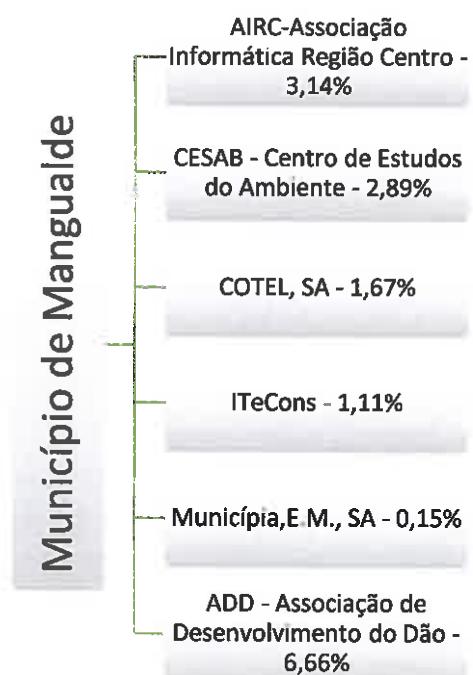
As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, pela Câmara Municipal e submetidas a apreciação da Assembleia Municipal.

Dando assim cumprimento ao estabelecido na lei, e com o intuito de permitir a análise integrada da situação económica e financeira do conjunto de entidades que integram o perímetro de consolidação do Município de Mangualde, são apresentadas as contas consolidadas relativas ao exercício económico de 2014, adotando os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos definidos na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010.

O Relatório de contas consolidadas que diz respeito ao ano 2014 deverá ser considerado como o ano de arranque, ou seja “ano zero” de consolidação do Município de Mangualde, que se vai demonstrar ao longo do documento apresentado.

**Prestação de Contas Consolidada**

**II – Organograma do Grupo Municipal**



## Prestação de Contas Consolidada

### III – Perímetro de Consolidação

Uma vez que a consolidação de contas resulta da necessidade de apresentação de informação económica e financeira útil e relevante da totalidade do Grupo Autárquico, de forma a assegurar opções de gestão cada vez mais eficazes e o fornecimento de dados imprescindíveis à organização municipal, torna-se necessário identificar qual o conjunto de entidades que se encontram incluídas no âmbito do perímetro de consolidação.

As regras delimitadoras do perímetro de consolidação, são as que se encontram estabelecidas nos termos dos n.os 4 a 6 do artigo 75.º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro. A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro define um perímetro de consolidação mais amplo, do que a anterior Lei das Finanças Locais, bastando que se verifique a existência ou presunção de controlo das entidades enquadradas no Grupo Municipal, nos termos do artigo atrás referenciado.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório para o Município de Mangualde é constituído pelas entidades que integram o sector empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município (n.º6 do artigo 75.º da LFL).

Nos termos das regras definidas no dispositivo normativo, a entidade que integra o perímetro de consolidação, é a seguinte:



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, appearing to be approval marks]*

## Prestação de Contas Consolidada

### IV – Entidades Excluídas da Consolidação

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do Capital Detido			Motivos da Exclusão
			Capital Social (€)	% Participação Detida	Participação Detida (€)	
Airc - Assoc. Informática Região Centro	Parque Industrial de Taveiro, Lote 4B, 3045-504 Coimbra	501378669	_____	3,14%	6.574,16	Entidades não enquadráveis nos termos dos n.os 4 ao 6, do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
Cesab-Centro de Estudos do Ambiente	Zona Industrial Ponte de Viadores, Lote 3A, 3050-481 Mealhada	502883308	745.000,00	2,89%	21.500,00	
Cotel - Conjunto Turístico Senhora do Castelo, Sa	Monte da Srª do Castelo, 3534-909 Mangualde	500338477	1.500.000,00	1,67%	25.000,00	
ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão	Rua D.Manuel I - Lote2 - cave - Apartado17- 3550-147 Penalva do Castelo	503177539	_____	6,66%	_____	
ITeCons-Inst.Inv.Desenv.Tecn.Ciências Construção	Rua Pedro Hispano, 3030-289 Coimbra	507487648	873.000,00	1,11%	10.000,00	

### V – Processo de Consolidação de Contas

#### 1.1 – Princípios Orientadores

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, as entidades que reúnem as condições definidas para apresentação de contas consolidadas, têm de, para além de fazer aprovar as suas contas individuais, apresentar e fazer aprovar as contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o grupo municipal.

As contas consolidadas, são assim elaboradas tendo por base os princípios da relevância, da materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, plenitude e comparabilidade.

## ***Prestação de Contas Consolidada***

### ***1.2 – Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação***

#### **Município, EM, S.A**

A Município ,E.M., S.A é uma Sociedade Anónima, fundada em 1999, sedeada no TagusPark, Oeiras e opera nas áreas da Fotografia Aérea, Cartografia, Cadastro, Formação, Consultoria e SIG.

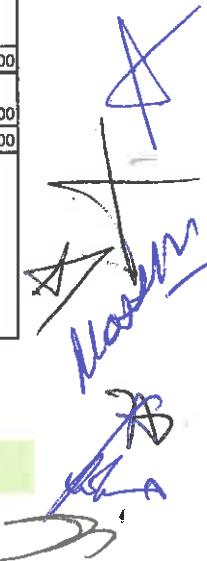
A Município nasceu fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG. Impulsionada pelo Município de Oeiras (acionista maioritário), foi constituída em 18 de outubro de 1999, com 30 acionistas, passando em 20 de dezembro de 2004 a contar com 74 acionistas.

Trata-se de uma entidade enquadrada no âmbito do disposto na Lei 50/2012, de 31 de agosto de 2012, regendo-se pela legislação aplicável ao sector empresarial local, uma vez que se trata de uma Empresa Municipal.

Resta referir que o Município de Mangualde detém 0,15%, ou seja 4.985,01€ do respectivo capital social desta entidade.

**Prestação de Contas Consolidada**  
**1.3 - Balanço Consolidado**

BALANÇO CONSOLIDADO					
Código das Contas POCAL	ACTIVO	31-12-2014			31-12-2013
		AB	AP	AL	AL
	<b>Imobilizado</b>				
	<b>Bens de domínio público</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	2.715.196,41		2.715.196,41	
452	Edifícios			0,00	
453	Outras construções e infra-estruturas	41.421.742,21	7.551.705,03	33.870.037,18	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	194.003,00	2.408,29	191.594,71	
459	Outros bens de domínio público	132.712,75	67.362,65	65.350,10	
445	Imobilizações em curso	5.276.469,44		5.276.469,44	
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público			0,00	
		49.740.123,81	7.621.475,97	42.118.647,84	0,00
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação			0,00	
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	144.626,40	108.684,09	35.942,31	
433	Propriedade industrial e outros direitos	250,00	250,00	0,00	
	Diferenças de Consolidação			0,00	
443	Imobilizações em curso	66.172,81		66.172,81	
449	Adiantamento por conta de Imobilizações Incorpóreas			0,00	
		211.049,21	108.934,09	102.115,12	0,00
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	4.031.273,61		4.031.273,61	
422	Edifícios e outras construções	13.339.179,34	1.454.239,00	11.884.940,34	
423	Equipamento básico	2.341.974,17	1.914.527,68	427.446,49	
424	Equipamento de transporte	1.444.370,72	1.297.543,58	146.827,14	
425	Ferramentas e utensílios	31.759,63	26.416,74	5.342,89	
426	Equipamento administrativo	1.783.952,02	1.687.591,17	116.360,85	
427	Taras e vasilhame	604,38	604,38	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	1.175.056,77	460.667,10	714.389,67	
442	Imobilizações em curso	2.960.173,40		2.960.173,40	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0,00	
		27.108.344,04	6.821.589,65	20.286.754,39	0,00
	<b>Investimentos Financeiros</b>				
411	Partes de capital	68.183,66		68.183,66	
412	Obrigações e títulos de participação	699.735,20		699.735,20	
414	Investimentos em imóveis	878.930,10		878.930,10	
415	Outras aplicações financeiras			0,00	
441	Imobilizações em curso			0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0,00	
		1.646.848,96	0,00	1.646.848,96	0,00
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	207.588,95		207.588,95	
35	Produtos e trabalhos em curso			0,00	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00	
33	Produtos acabados e intermédios			0,00	
32	Mercadorias	60.702,39		60.702,39	
37	Adiantamentos por conta de compras			0,00	
		268.291,34	0,00	268.291,34	0,00
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>				
268	outros credores			0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos			0,00	
211	Clientes, c/c	155.718,44		155.718,44	
212	Contribuintes, c/c	44.183,27		44.183,27	
213	Utentes, c/c	30.509,85		30.509,85	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	188.699,91	155.978,44	32.721,47	
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00	



A handwritten signature is present in blue ink, consisting of several loops and strokes that appear to read "José M. S. G. da Cunha" followed by "2014".

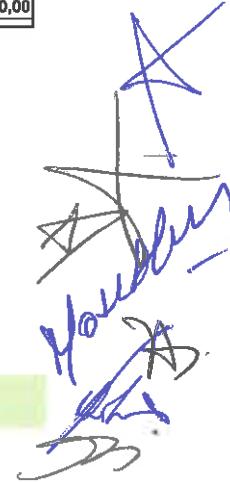
**Prestação de Contas Consolidada**

Código das Contas POCAL	ACTIVO	31-12-2014			31-12-2013
		AB	AP	AL	
229	Dividas de terceiros - Curto prazo			0,00	
2819	Adiantamentos a fornecedores			0,00	
24	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	99.309,56		99.309,56	
284	Estado e outros entes públicos			0,00	
282 + 283 + 287 + 288	Administração autárquica			0,00	
	Outros devedores	87.500,00		87.500,00	
			155.978,44	449.942,59	0,00
151	<b>Titulos negociables</b>				
152	Acções			0,00	
153	Obrigações e títulos de participação			0,00	
159	Títulos de dívida pública			0,00	
18	Outros títulos			0,00	
	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
12	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>				
11	Depósitos em instituições financeiras	2.106.831,40		2.106.831,40	
	Caixa	9.353,71		9.353,71	
		2.116.185,11		2.116.185,11	0,00
271	<b>Acréscimos e deferimentos</b>				
272	Acréscimos de proveitos	3.265.579,83		3.265.579,83	
	Custos diferidos	9.709,32		9.709,32	
	Activo por Impostos Diferidos	3.275.289,15		0,00	
			3.275.289,15		0,00
	<b>Total de amortizações</b>		14.551.999,71		
	<b>Total de provisões</b>		155.978,44		
	<b>Total do activo</b>	84.366.131,62	14.707.978,15	70.264.074,50	0,00



## Prestação de Contas Consolidada

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	31-12-2014	31-12-2013
	<b>Fundos próprios</b>		
51	<b>Património</b>	23.491.084,90	
55	<b>Ajustamento de partes de capital em empresas</b>	67,99	
56	<b>Reservas de reavaliação</b>		
	<b>Reservas</b>		
571	Reservas legais	981.777,93	
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	16.889.203,76	
575	<b>Subsídios</b>	60.201,71	
576	<b>Doações</b>	572.751,96	
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	<b>Resultado transitado</b>	310.364,94	
88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	2.362.378,64	
	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>44.677.831,83</b>	<b>0,00</b>
	<b>Passivo</b>		
292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>	473.997,19	
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>		
221	Fornecedores c/c	0,00	
2312	Dívidas a instituições de crédito	11.770.000,77	
2611	Fornecedores imobilizado c/c	0,00	
268	Outros Credores	599.773,20	
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>	<b>12.369.773,97</b>	<b>0,00</b>
2311	Empréstimos de curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	590.092,11	
269	Adiantamento por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	444.446,77	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	157.865,78	
2615	Fornecedores com Contrato de Factoring		
2618	Facturas em recepção e conferência		
24	Estado e outros entes públicos	62.721,65	
264	Administração autarquica		
262 + 263 + 267 + 265 + 268	Outros credores	369.486,97	
	<b>Acréscimos e deferimentos</b>	<b>1.624.613,28</b>	<b>0,00</b>
273	Acréscimo de custos	510.910,70	
274	Proveitos diferidos	10.606.947,53	
	Passivo por Impostos Diferidos		
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.117.858,23</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	<b>25.586.242,67</b>	<b>0,00</b>
		<b>70.264.074,50</b>	<b>0,00</b>



Manuel  
J.A.  
DS

## Prestação de Contas Consolidada

### 1.3 – Demonstração de Resultados Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA			
Código das Contas POCAL	CUSTOS E PERDAS	31-12-2014	31-12-2013
81	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS: Mercadorias Matérias	434.717,54 570.964,05	1.005.681,59
82	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.978.910,94	
641 + 642	CUSTOS COM O PESSOAL: Remunerações	3.658.189,01	
643 a 648	Encargos Sociais	1.037.016,68	8.672.116,63
83	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS	212.759,00	
68	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.886.556,00	
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	2.066.900,34	
85	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS (A) .....	127.445,45	4.293.660,79
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS (C) .....	401.811,29	13.971.459,01
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS (E) .....	584.586,54	401.811,29 14.373.270,30 584.586,54 14.957.856,84
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.362.378,84	
		17.320.235,48	
PROVEITAS E GANHOS			
7111	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS: Vendas de Mercadorias	399.970,87	
7112 + 7113	Vendas de Produtos	841.758,24	
712	Prestações de Serviços	943.579,16	
715	Reembolsos e Restituições		
716	Anulações		
72	IMPOSTOS E TAXAS	3.988.558,83	2.185.308,27
(a)	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO		
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	590.880,57	
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	144,92	
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	7.471.786,76	
76	OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS (B) .....		12.051.371,08
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS (D) .....	648.663,51	14.236.679,35 648.663,51 14.885.342,86
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS (F) .....	2.434.892,62	2.434.892,62 17.320.235,48 17.320.235,48

#### RESUMO:

Resultados Operacionais (B)-(A):	205.220,34
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):	246.852,22
Resultados Correntes (D)-(C):	512.072,56
Resultado Líquido do Exercício(F)-(E):	2.362.378,84

**Prestação de Contas Consolidada**

**1.4 - Fluxos de Caixa Consolidados**

**MUNICÍPIO DE MANGUALDE**

Ano: **2014**

<b><u>RECEBIMENTOS</u></b>	
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>1.843.027,75</b>
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>16.408.889,21</b>
Correntes	13.709.742,63
Capital	2.681.235,19
Outras	17.911,39
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>	<b>1.017.805,35</b>
<b>TOTAL .....</b>	<b>19.269.722,31</b>

<b><u>PAGAMENTOS</u></b>	
<b>DESPESSAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>16.133.336,28</b>
Correntes	9.989.426,22
Capital	6.143.910,06
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>	<b>1.020.200,92</b>
<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>2.116.185,11</b>
<b>TOTAL .....</b>	<b>19.269.722,31</b>



A large, handwritten signature and initials are written across the bottom right corner of the page, appearing to read "Mangualde" and "M.G.".

## Prestação de Contas Consolidada

### **VI – Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados**

O Município de Mangualde apresenta as suas contas consolidadas, de acordo com o preconizado no art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e, em particular, de acordo com as instruções emitidas para o sub setor da administração local.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Mangualde, foram elaboradas de acordo com o previsto na Portaria n.º 474/2010 de 01 de julho, a qual aprovou a “orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, e tendo por base as Instruções do SATAPOCAL, destinadas a clarificar e adaptar a norma à administração local.

#### **1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas**

##### **Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação**

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do Capital Detido			Motivos da Inclusão
			Capital Social (€)	% Participação Detida	Participação Detida (€)	
Município de Mangualde	Largo Dr.Couto 3530-134 Mangualde	502183403				Entidade-mãe obrigada a consolidação de contas, nos termos do n.º2, do art.75.º da LFL
Municípia, E.M.,SA	Taguspark-Edifício Ciência II - n.º11 - 3ºB 2740-120 Porto Salvo	504475606	3.236.678,67	0,15%	4.985,01	Municípios que detêm participações em empresas do setor empresarial local, nos termos do n.º6 do art.75.º da LFL

## Prestação de Contas Consolidada

### Nota 2 – Entidades excluídas do perímetro de consolidação

As entidades excluídas do perímetro de consolidação, são as que não são enquadráveis nos termos dos n.º 4 ao n.º 6, do art.75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do Capital Detido			Motivos da Exclusão
			Capital Social (€)	% Participação Detida	Participação Detida (€)	
Airc - Assoc.Informática Região Centro	Parque Industrial de Taveiro, Lote 48, 3045-504 Coimbra	501378669	_____	3,14%	6.574,16	Entidade associativa participada exclusivamente por Municípios
Cesab-Centro de Estudos do Ambiente	Zona industrial Ponte de Vladores, Lote 3A,3050-481 Mealhada	502883308	745.000,00	2,89%	21.500,00	Associação de direito privado e de interesse público com participação maioritária de Municípios. O objeto social relaciona-se com a proteção ambiental e saneamento básico.
Cotel - Conjunto Turístico Senhora do Castelo, SA	Monte da Srª do Castelo,3534-909Mangualde	500338477	1.500.000,00	1,67%	25.000,00	Participação Local (sem controlo ou presunção de controlo)
ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão	Rua D.Manuel I - Lote2 - cave - Apartado17- 3550-147 Penalva do Castelo	503177539	_____	6,66%		Associação de direito privado e de interesse público com participação não exclusivamente de Municípios e que tem por objeto promover o desenvolvimento local e regional através da dinamização de diversas iniciativas.
ITeCons-Inst.Inv.Desenv.Tecn.Ciências Construção	Rua Pedro Hispano, 3030-289 Coimbra	507487648	873.000,00	1,11%	10.000,00	Associação sem fins lucrativos. O objeto social relaciona-se com Investigação e transferência de tecnologia em ciências da construção (sem controlo ou presunção de controlo).

### Nota 3 – Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação é de 302, reportados a 31 de dezembro, com a seguinte desagregação:

Entidade	N.º Colaboradores
Município de Mangualde	247
Municípia, E.M., SA	55
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>



## **Prestação de Contas Consolidada**

### **Nota 4 – Método de Consolidação**

No processo de consolidação aplicado no perímetro do Grupo Autárquico de Mangualde, foi utilizado o MEP – Método de Equivalência Patrimonial.

O Método de Equivalência Patrimonial é um método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos activos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada.

### **2 - Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada**

#### **Nota 5 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada**

Não aplicável.

#### **Nota 6 – Afastamento das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada**

Não aplicável.

### **3 - Informações relativas aos procedimentos de consolidação**

#### **Nota 7 – Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.**

Não aplicável.

**Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 8 – Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.**

Não aplicável.

**Nota 9 – Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

Não existem.

**Nota 10 – Descriminação dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.**

Não existem.

**Nota 11 – Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.**

Não existem.

**Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 12 – Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.**

Não existem.

**Nota 13 – Indicação dos casos excepcionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.**

Não existem.

**Nota 14 – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.**

As entidades incluídas no perímetro de consolidação utilizam o Método de Equivalência Patrimonial na valorização e contabilização das suas participações.



**Prestação de Contas Consolidada**

**4 – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos**

**Nota 15 – Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o seguinte mapa:**

**Endividamento consolidado de médio e longo prazo**

**MUNICÍPIO DE MANGUALDE**

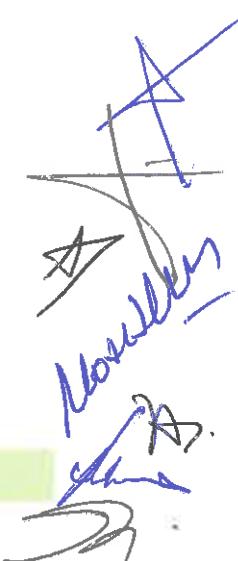
Ano **2014**

Unidade: euro

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)			Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
	Município de MANGUALDE	MUNICIPIA	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
221 - Forn. c/c	0,00		0,00	0,00	0,00
23-Dív. Instit. Crédito	12.360.092,88		12.360.092,88	0,00	12.360.092,88
2611 - Forn. Imob. c/c			0,00	0,00	0,00
268 - Outros Credores	599.773,20		599.773,20	0,00	599.773,20
<b>Total</b>	<b>12.959.866,08</b>	<b>0,00</b>	<b>12.959.866,08</b>	<b>0,00</b>	<b>12.959.866,08</b>

a) A desagrar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros médio e longo prazo

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação



A series of handwritten signatures and initials in blue ink, including "Mangualde", "M. Sá", and "P. P.", are visible in the bottom right corner.

### **Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 16 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.**

	Entidade Credora	N.º Empréstimo	Valor Contratado/Utilizado	Data Vencimento	Capital em dívida
MM	CGD	Emp.nº. 9015003520891	583.737,01 €	31-12-2022	255.826,71 €
	CGD	Emp.nº. 9140013371191	725.132,00 €	07-07-2024	431.985,84 €
	CGD	Emp. n.º 9015004064391	69.149,00 €	30-12-2024	41.978,79 €
	CGD	Emp.nº.9015005661291	3.242.287,46 €	28-02-2033	2.372.205,01 €
	CGD	Emp. nº 9015004388991	792.611,00 €	27-06-2025	492.670,88 €
	CGD	Emp.nº 9015004561091	168.377,00 €	10-10-2025	108.823,66 €
	BPI	Emp.nº.0633146-830-001/0669	124.319,00 €	26-12-2023	73.268,78 €
	BPI	Emp.nº.0633146.830.002	669.474,00 €	07-10-2023	375.944,24 €
	BES	Emp.nº.0770014718	1.002.990,00 €	04-07-2026	654.729,50 €
	BES	Emp. n.º 0770017959	145.770,00 €	03-11-2026	99.204,66 €
	BES	Emp.nº.211090342109	73.737,34 €	29-11-2022	32.532,25 €
	CCAM	Emp. n.º 56050466406	464.839,36 €	30-11-2030	431.084,63 €
	CCAM	Emp. n.º 56054775438 (PSF)	2.690.709,21 €	21-01-2025	1.914.678,08 €
	DGTF	Financiamento no âmbito do PREDE	1.676.091,00 €	22-05-2019	1.508.481,90 €
	DGTF	PAEL0062E135132012.01	3.952.939,08 €	17-12-2026	3.566.677,95 €

### 5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

**Nota 17 – Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregado por tipo.**

Não existiram fluxos financeiros no ano económico em apreço.

### 6 – Informações relativas a compromissos

**Nota 18 – Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adoptem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser reflectidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros.**

Não existem.

### Prestação de Contas Consolidada

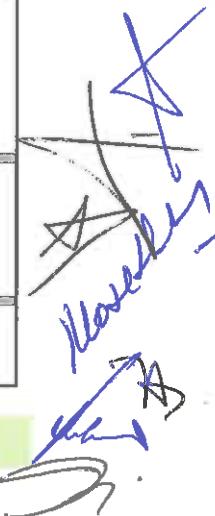
**Nota 19 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.**

Não existiram.

### 7 - Informações relativas a políticas contabilísticas

**Nota 20 - Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões**

Rúbricas	Criterios Valorimetricos utilizados pela CMMangualde	Criterios Valorimetricos utilizados pela Município
Imobilizado	.) Custo Histórico . ) Custo Aquisição . ) Valor de avaliação atribuído pela Comissão de Avaliação . )Investimentos Financeiros - Pelo valor nominal	. ) O ativo Imobilizado é valorizado ao custo de aquisição . ) Custo de Produção
Amortizações	. ) Método das quotas constantes Portaria 378/94, de 16 de junho Portaria 671/2000, de 17 de abril - CIBE	. ) Método das quotas constantes
Existências	. ) As existências são valorizadas ao custo de aquisição . ) Utilização do sistema de inventário permanente, através do custo médio ponderado como método e custeio das saldas (mercadorias, mat.primas, subsidiárias e de consumo)	. ) As existências são valorizadas ao custo de aquisição
Tercelros	. ) Valores expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam	
Acéscimos	. ) <u>Acréscimos de Proveitos:</u> - Juros a receber; - Comparticipações a receber; - Impostos diretos a receber . ) <u>Acréscimos de Custos:</u> - Remunerações a liquidar; - Juros a pagar; - Protocolos a acordos a liquidar; - Encargos de cobrança a liquidar - Outros acréscimos de custos.	
Diferimentos	. ) <u>Proveitos Diferidos:</u> - Subsídios para investimentos . ) <u>Custos Diferidos:</u> - Inventários - Outros Bens; - Seguros; - Outros custos diferidos	
Provisões	. ) As provisões foram calculadas tendo em conta o Princípio da Prudência e as disposições do POCAL Quanto às dívidas de terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, tem sido constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1, do POCAL.	
Disponibilidades	. ) As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.	


  
 Notas de revisão

## **Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 21 - Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.**

Não existem.

### **8 – Informações relativas a determinadas rubricas**

**Nota 22 – Comentário às rubricas de imobilizações incorpóreas, nomeadamente as despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”.**

Na rubrica “despesas de investigação e desenvolvimento” encontram-se contabilizados valores relativos a projetos e estudos necessários ao planeamento de ações e políticas no âmbito do quadro de competências do Município de Mangualde, bem como para o desenvolvimento da sua atividade. São registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a depreciação de acordo com o previsto no enquadramento do POCAL.

**Nota 23 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo immobilizado constantes do Balanço Consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões de acordo com os seguintes quadros**

O mapa do Ativo Bruto e Amortizações consolidado, encontram-se em anexo.

**Nota 24 – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não existem.

**Nota 25 – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.**

Não existem.

**Nota 26 – Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimetria adotados e os respetivos preços de mercado.**

Não existem.

## Prestação de Contas Consolidada

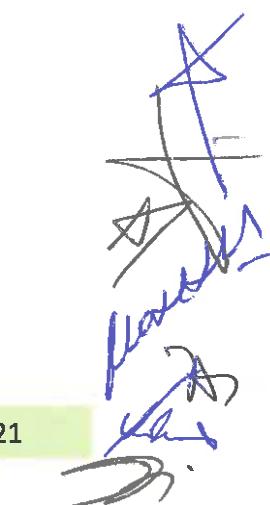
### Mapa do Ativo Bruto Consolidado:

Ano: 2014

Unidade: Euros

#### Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajust	Aumentos	Allenações	Sinistros+Abates	Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público							
Terrenos e recursos naturais	2.700.391,49	14.804,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715.196,41
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	37.903.975,49	-135.929,21	442.714,35	0,00	0,00	3.210.981,58	41.421.742,21
Bens do património histórico, artístico e cultural	42.678,54	0,00	0,00	0,00	0,00	151.323,46	194.003,00
Outros bens de domínio público	65.120,95	0,00	0,00	0,00	0,00	67.591,80	132.772,75
Imobilizações em curso	7.492.590,06	-51.412,81	1.265.180,03	0,00	0,00	-3.429.896,84	5.276.469,44
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	48.204.766,53	-172.537,10	1.707.884,38	0,00	0,00	0,00	49.740.123,81
De Imobilizações incorpóreas							
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	124.192,40	0,00	0,00	0,00	0,00	20.434,00	144.626,40
Propriedade industrial e outros direitos	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00
Imobilizações em curso	35.194,00	51.412,81	0,00	0,00	0,00	-20.434,00	66.772,81
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	159.636,40	51.412,81	0,00	0,00	0,00	0,00	211.049,21
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	4.001.608,82	26.937,58	5.400,00	2.672,79	0,00	0,00	4.031.273,61
Edifícios e outras construções	12.694.463,20	258.219,79	138.602,10	8.367,15	0,00	258.262,40	13.339.179,34
Equipamento básico	2.120.399,49	0,00	203.455,97	0,00	3.086,23	21.204,94	2.341.974,17
Equipamento de transporte	1.361.351,33	0,00	83.019,39	0,00	0,00	0,00	1.444.370,72
Ferramentas e utensílios	25.629,42	0,00	6.143,64	0,00	13,43	0,00	31.759,83
Equipamento administrativo	1.729.595,32	0,00	56.844,44	0,00	2.487,74	0,00	1.783.952,02
Teras e vasilhame	804,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604,38
Outras imobilizações corpóreas	1.154.120,49	0,00	22.922,06	0,00	1.985,78	0,00	1.175.058,77
Imobilizações em curso	2.037.082,35	0,00	1.202.558,39	0,00	0,00	-279.467,34	2.960.173,40
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	25.124.854,80	283.156,37	1.718.945,89	11.039,94	7.573,18	0,00	27.108.344,04
De Investimentos Financeiros							
Partes de capital	68.183,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.183,66
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	699.735,20	0,00	0,00	0,00	699.735,20
Investimentos em imóveis	878.930,10	0,00	0,00	2.878,21	0,00	0,00	878.930,10
	947.113,76	0,00	699.735,20	2.878,21	0,00	0,00	1.646.848,96



## Prestação de Contas Consolidada

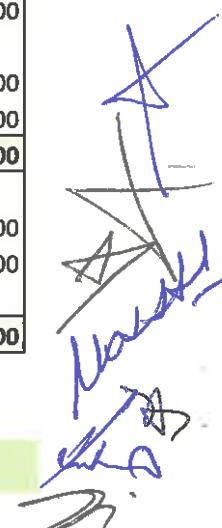
### Mapa de Amortizações Consolidadas

Ano: 2014

Unidade: Euros

### Amortizações

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público 485</b>				
Terrenos e recursos naturais 4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios 4852	0,00	0,00	0,00	0,00
estruturas 4853	6.226.850,11	1.925.428,66	600.573,74	7.551.705,03
artístico e cultural 4855	1.105,83	1.446,76	144,30	2.408,29
público 4859	54.133,67	15.619,04	2.390,06	67.362,65
	<b>6.282.089,61</b>	<b>1.942.494,46</b>	<b>603.108,10</b>	<b>7.621.475,97</b>
<b>De Imobilizações incorpóreas 483</b>				
Despesas de instalação 4831	0,00	0,00	0,00	0,00
desenvolvimento 4832	79.561,17	49.822,45	20.699,53	108.684,09
direitos 4833	250,00	0,00	0,00	250,00
	<b>79.811,17</b>	<b>49.822,45</b>	<b>20.699,53</b>	<b>108.934,09</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas 482</b>				
Terrenos e recursos naturais 4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções 4822				
Edifícios 48221	1.089.156,00	200.883,77	79.578,33	1.210.461,44
Outras construções 48222	215.849,40	41.531,70	13.603,54	243.777,56
Equipamento básico 4823	1.750.071,00	259.685,40	95.228,72	1.914.527,68
Equipamento de transporte 4824	1.183.937,40	163.478,43	49.872,25	1.297.543,58
Ferramentas e utensílios 4825	25.320,38	1.418,83	322,47	26.416,74
Equipamento administrativo 4826	1.597.068,26	117.724,23	47.201,32	1.667.591,17
Taras e vasilhame 4827	604,38	0,00	0,00	604,38
corpóreas 4829	451.455,35	40.520,98	31.309,23	460.667,10
	<b>6.313.462,17</b>	<b>825.243,34</b>	<b>317.115,86</b>	<b>6.821.589,65</b>
<b>De Investimentos em imóveis 481</b>				
Terrenos e recursos naturais 4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções: 4812				
Edifícios 48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções 48122	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>De Investimentos Financeiros 49</b>				
Partes de capital 491	0,00	0,00	0,00	0,00
participação 492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras: 495				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



A handwritten signature is present in blue ink, appearing to read "Mancualde" and "2014".

### **Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 27 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado.**

Não existem.

**Nota 28 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não existem.

**Nota 29 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.**

Não existem.

**Nota 30 – Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável.**

Não existem.

**Nota 31 - Critérios de valorimetria não previstos no POCAL e de amortizações e provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

Não existem.

**Nota 32 – Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.**

Não existem.

### **Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 33 – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções nestas, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial.**

Nome	Orgão Executivo Município de Mangualde		Conselho de Administração da Município	
	Situação na Entidade	Remuneração Líquida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida
João Nuno Ferreira Gonçalves de Azevedo	Presidente da Câmara	31.429,20 €		
Joaquim Manuel Patrício Ferreira	Vice-Presid.Câmara	22.096,44 €		
Maria José de Jesus da Silva Coelho	Vereadora	23.652,86 €		
João Fernando Albuquerque Lopes	Vereador	24.282,72 €		
Rui Manuel Moreira Arderius	Vereador	1.991,72 €		
Aníbal José Carvalho Matéz	Vereador	1.785,68 €		
Joaquim Lúcio Trindade Messias	Vereador	2.060,40 €		
Fernando do Nascimento Trigo			Presidente	40.602,24 €
José Alberto de Castro Cardoso			Administrador não executivo	
João Pedro Brito da Silva			Administrador não executivo	
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.	ROC	—		
Joaquim Santos Silva			ROC	7.560,00 €

**Nota 34 – Indicação dos diplomas legais onde se baseou a reavaliação de bens de domínio público, imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como, explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.**

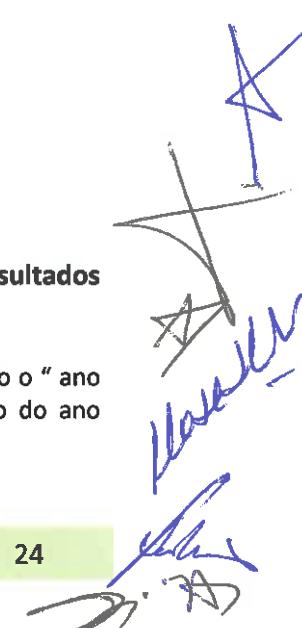
Não existem.

**Nota 35 – Elaboração do quadro discriminativo das reavaliações.**

Não existiu reavaliação do ativo imobilizado.

**Nota 36 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

O Município de Mangualde apresenta pela primeira vez a consolidação de contas, considerado o “ano zero”, não sendo o balanço e a demonstração de resultados comparáveis com o exercício do ano económico anterior.



A series of handwritten signatures in blue ink are visible on the right side of the page, appearing to be initials or names.

### Prestação de Contas Consolidada

#### Nota 37 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

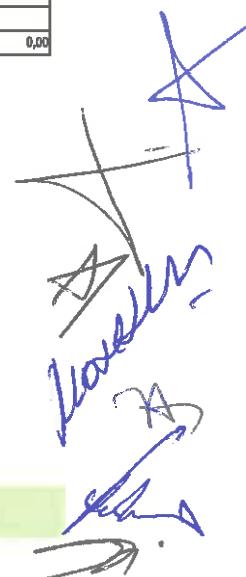
**MUNICÍPIO DE MANGUALDE**  
**Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados**

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	Ano: 2014	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	365.017,75		781	Juros obtidos	8.537,38	
682	Perdas em entidades participadas	0,00		782	Ganhos em entidades participadas	56,50	
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00		783	Rendimentos de imóveis	640.069,63	
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00		784	Rendimentos de participações de capital	0,00	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00		785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00		786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	
688	Outros custos e perdas financeiros	36.783,54		787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	
	Resultados Financeiros	246.852,22		788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	
		848.883,51	0,00			848.883,51	0,00

#### Nota 38 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

**MUNICÍPIO DE MANGUALDE**  
**Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados**

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	Ano: 2014	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	317.138,07		791	Restituições de impostos	0,00	
692	Dívidas incobríveis	5.618,14		792	Recuperação de dívidas	0,00	
693	Perdas em existências	33.962,89		793	Ganhos em existências	38.213,92	
694	Perdas em Imobilizações	4.978,44		794	Ganhos em Imobilizações	132.489,78	
695	Muldas e Penalidades	19.586,00		795	Benefícios de penalidades contratuais	58.132,91	
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00		796	Reduções de amortizações e de provisões	1.474.402,08	
697	Correções relativas a exercícios anteriores	180.348,00		797	Correções relativas a exercícios anteriores	128.806,53	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	22.956,00		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	602.845,39	
	Resultados extraordinários	1.860.306,08				0,00	
		2.434.892,62	0,00			2.434.892,62	0,00


  
*Nosso M.*

### **Prestação de Contas Consolidada**

**Nota 39 – Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:**

Ano: 2014

Unidade: Euros

Descrição de Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria				
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	37.477,38	118.375,84	125,22	155.978,44
292	Provisões para Riscos e Encargos		1.654.093,85	1.180.096,66	473.997,19
39	Existências				
49	Provisões para Investimentos Financeiros				

**Nota 40 – Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.**

Não existem.

**Nota 41 – Valor global das dívidas que se encontram tituladas (títulos a pagar/receber), por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.**

Não existem.

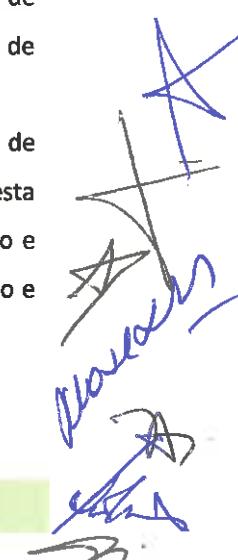
### **9 – Informações diversas**

#### **Nota 42 – Factos relevantes ocorridos após o Fecho de Contas**

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) iniciou funções em novembro de 2014, com a finalidade de contribuir para a prevenção e a recuperação de situações de rutura financeira municipal, através de mecanismos de reequilíbrio orçamental, reestruturação da dívida e assistência financeira.

Neste sentido e de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, que define a forma de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por parte de cada município e do Estado, esta ocorrerá no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015. Para os municípios, as unidades de participação constituem um ativo e investimento financeiro.



Handwritten signatures and marks, including a large blue X, a signature that appears to read 'Mangualde', and a signature that appears to read 'Sociedade'.

### Prestação de Contas Consolidada

Ao nível da contabilidade patrimonial, e na sequência da comunicação, entretanto efetuada pela DGAL, o reconhecimento contabilístico deveria ter ocorrido ainda em 2014. Esse facto, revelou-se impossível, pois a nota explicativa da DGAL, com procedimentos a adotar, foi emitida após o encerramento de contas do Município de Mangualde.

Não obstante, e nos termos do disposto do n.º4 do art.º 17º, o valor da contribuição para o FAM do Município de Mangualde é de 699.735,20€, a ser realizado em sete anos, com início em 2015, prevendo-se uma despesa com ativos financeiros de 99.962€, para o corrente ano. Tal reconhecimento foi considerado nas operações / ajustamentos decorrentes da prestação de contas consolidadas.

#### Nota 43 – Dívida Bruta Consolidada

A dívida bruta consolidada ascende a 13.994.387,25 € (passivo exigível global), sendo que desta 332.246,62 € são de operações de tesouraria:

#### Dívida Bruta Consolidada

MUNICÍPIO DE MANGUALDE		Ano	2014
		Unidade: euro	
Código/designação das contas a)	Dívida Bruta Consolidada	Opreações de Tesouraria	Operações Orçamentais
1	2 = 3 + 4	3	4
<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo</b>			
2312 - Dívidas a instituições de crédito	11.770.000,77	0,00	11.770.000,77
268 - Outros Credores	599.773,20	0,00	599.773,20
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>			
2312 - Dívidas a instituições de crédito	590.092,11	0,00	590.092,11
221 - Fornecedores, c/c	444.446,77	0,00	444.446,77
2611 - Fornecedores de Imobilizado, c/c	157.865,78	0,00	157.865,78
24 - Estado e outros entes públicos	62.721,65	62.721,65	0,00
268 - Outros credores	369.486,97	269.524,97	99.962,00
	<b>13.994.387,25</b>	<b>332.246,62</b>	<b>13.662.140,63</b>

ORGÃO EXECUTIVO  
Em \_\_\_\_\_ de 08 JUN 2015 de 2015

*[Handwritten signature]*

ORGÃO DELIBERATIVO  
Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

*(Nome Pai)*

*[Handwritten signature]*

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do MUNICÍPIO DE MANGUALDE, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 70.264.075 euros e um total de fundos próprios / capital próprio de 44.677.832 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.362.379 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto do Município e das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7.1 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação das demonstrações financeiras do Município e da Municípia, EM, SA incluídos na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e

Sede  
Rua Baiana Reis, nº 81, 2º  
6300 - 668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: v.sroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 - 1º Piso/Esc  
3510 - 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cff.consultores@mail.telepac.pt

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176



divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão consolidado com as contas consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## RESERVAS

7. Como resultado do nosso exame anotamos que:

7.1. Relativamente aos imóveis de domínio público afetos ao Município, não existe garantia que as Demonstrações Financeiras reflitam a universalidade daqueles bens, tanto em quantidade, como em valor, pelo que não podemos formar opinião acerca do impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Bens de Domínio Público e outras rubricas relacionadas, designadamente com Amortizações, Subsídios ao Investimento e Património e em consequência nos Resultados e nos Fundos Próprios, o mesmo acontecendo com o valor dos imóveis do domínio privado que só são reconhecidos contabilisticamente e inventariados aquando do seu registo na Conservatória do Registo Predial.

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

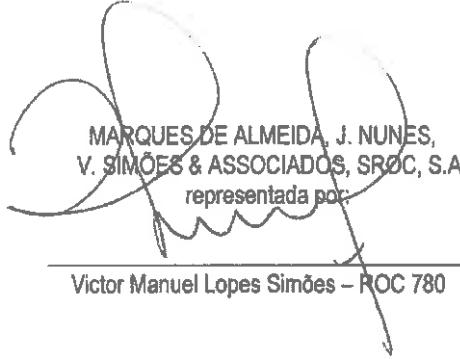
SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7.1 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE MANGUALDE** em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, previstos no POCAL com os devidos ajustamentos.

Guarda, 18 de junho de 2015

  
MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
representada por  
Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780

-----CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2015-----

-----PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2014 – APROVAÇÃO-----

-----Em cumprimento do disposto no n.º 2, do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram presentes os documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício económico de 2014, que deverão ser submetidos à apreciação da assembleia municipal durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.-----

-----Nos termos do n.º 7, do art.º 75.º, do referido diploma legal, os documentos de prestação de contas consolidadas compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: - Balanço consolidado; - Demonstração consolidada dos resultados por natureza; - Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; - Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.-----

-----Colocado este assunto à votação, a câmara municipal deliberou aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas relativas ao exercício económico de 2014, que deverão ser submetidos à apreciação da assembleia municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, e com a alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os originais destes documentos ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de legalizados e considerando-se aqui fielmente reproduzidos.-----

-----Abstiveram-se nesta deliberação os senhores vereadores eleitos pela lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP, Dr. Aníbal Maltez e Dr. Joaquim Messias.-----

-----Votaram a favor os restantes vereadores, designadamente Eng.º Joaquim Patrício, Dr.ª Maria José Coelho, senhor João Lopes e Dr. Rui Ardérius, e ainda o presidente da câmara, Dr. João Azevedo.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, para efeitos imediatos.  
-----Está conforme.

Câmara Municipal de Mangualde, 22 de junho de 2015

A Chefe da Divisão Administrativa,



(Dr.ª Maria Gracinda Gomes Lopes Pinheiro da Rocha)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---CÓPIA DE PARTE DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANGUALDE, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015 -----

---PONTO SEGUNDO: -----

“Prestação de Contas Consolidada” - Apreciação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal. -----

---Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra da bancada da coligação do PSD/CDS. -----

Mangualde, 1 de julho de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal,

A circular official seal containing a signature in cursive script. Below the seal, the name "(Doutora Leonor Pais)" is written in a printed font.